

LEI MUNICIPAL Nº 1059/2021, de 13 de abril de 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com a Associação Hospitalar Comunitária Regional de Saúde, e dá outras providências.

JAIME EDSSON MARTINI, Prefeito Municipal de Novo Xingu – RS, faço saber, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Associação Hospitalar Comunitária Regional de Saúde, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob nº 04.928.075/0001-98, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 1005, Centro, em Constantina / RS, objetivando a conjugação de esforços para a manutenção dos serviços de atendimento médico – hospitalar, ambulatorial e laboratorial de urgência e emergência à população do Município de Novo Xingu, junto ao hospital da entidade.

Art. 2º - Para atender os objetivos do convênio de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, mensalmente, à entidade, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Parágrafo 1º - O repasse financeiro de que trata o caput deste artigo, destina-se, exclusivamente, para o custeio de despesas operacionais.

Parágrafo 2º - A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos, de forma mensal.

Parágrafo 3º - O valor do repasse, a que se refere o caput, poderá ser reajustado, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 3º - O prazo de vigência do convênio será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até 31 de dezembro de 2024, podendo também ser rescindido, por qualquer das partes envolvidas, observada a necessidade de aviso prévio protocolado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - As despesas correntes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05	- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.01	- Fundo Municipal de Saúde
0.009	- Contribuições, auxílios e subvenções a entidades de saúde

3.3.5.0.43.00.00.0040- Subvenções Sociais..... R\$ 72.000,00

Parágrafo Único - O município alocará, anualmente, recursos em seus orçamentos, a fim de custear as despesas com a assinatura do convênio autorizado pela presente Lei.

Art. 5º - A minuta de convênio anexa é parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal poderá propor e efetuar alterações ao convênio, durante a sua vigência, com o objetivo de ampliar a sua execução, criar benefícios, facilidades ou outras situações que possam melhorar o atendimento da população de Novo Xingu.

Art. 6º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO XINGU, aos 13 dias do mês de abril de 2021.

JAIME EDSSON MARTINI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

DILAMAR CEZAR CONTERATO
Sec. Mun. de Adm., Plan. e Finanças

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
em ___/___/___ a ___/___/___

Ass: _____

ANEXO À LEI MUNICIPAL Nº 1059/2021

MINUTA DE CONVÊNIO

O **MUNICÍPIO DE NOVO XINGU**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Emilio Knaak, 1160, inscrito no CNPJ sob n.º 04.207.56/0001-06, por representação legal do Prefeito Municipal, Sr. **JAIME EDSSON MARTINI**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR COMUNITÁRIA REGIONAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Nereu Ramos, 1005, Centro, em Constantina / RS, inscrita no CNPJ sob n.º 04.928.075/0001-98, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **MOISÉS LORENO ALVES DOS SANTOS**, doravante denominada **ASSOCIAÇÃO**, firmam entre si o presente convênio, com base autorizatória na Lei Municipal n.º/2021, e em conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é a oferta de atendimento médico – hospitalar, ambulatorial e laboratorial de urgência e emergência para a população do **MUNICÍPIO**.

O atendimento médico de urgência e emergência se dará na forma de plantão, nos seguintes horários:

- a) Sábados, domingos e feriados: 24 (vinte e quatro) horas por dia;
- b) Demais dias: das 19:00 horas até as 07:00 horas do dia seguinte.

É parte integrante do objeto do presente convênio, a participação do **MUNICÍPIO** no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o qual tem sede na Unidade Hospitalar mantida pela **ASSOCIAÇÃO**, com funcionamento nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DOS RECURSOS

O **MUNICÍPIO** repassará à **ASSOCIAÇÃO**, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao de referência, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência que retroage a 01 de abril de 2021 até 31 de março de 2022, podendo ser prorrogado no interesse do **MUNICÍPIO**, mediante instrumento formal nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

O valor de repasse, previsto na cláusula segunda, poderá ser reajustado, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O repasse dos recursos de que trata o presente convênio, serão contabilizados pelo MUNICÍPIO, no exercício financeiro de 2021, na seguinte dotação orçamentária:

05 - **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
05.01 - **Fundo Municipal de Saúde**
0.009 - Contribuições, auxílios e subvenções a entidades de saúde
3.3.5.0.43.00.00.0040- Subvenções Sociais

Para o caso de prorrogação, o município alocará, anualmente, recursos em seus orçamentos, a fim de cumprir com a obrigação disposta no presente.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O MUNICÍPIO, através de sua Secretaria de Saúde, acompanhará o fiel cumprimento do presente convênio, sendo este o órgão Municipal responsável pela fiscalização da sua execução.

A ASSOCIAÇÃO encaminhará a prestação de contas, de forma mensal, até o final do mês subsequente ao de referência, a qual compreenderá:

- a) um relatório físico com a relação dos pacientes atendidos, data e tipo de atendimento;
- b) Os comprovantes de utilização dos recursos recebidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E EXTINÇÃO

O presente convênio pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante notificação da parte interessada, com mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

A perda das qualidades essenciais de filantropia da ASSOCIAÇÃO, de suas reais condições estatutárias, ou quaisquer outras condições legais que prejudiquem, onerem, obstem, interrompam, atrasem, ou impliquem no cumprimento da qualidade na execução do objeto do presente convênio, importarão em denúncia imediata do presente ajuste, resguardada a composição das perdas e danos, acaso sofridos pelo MUNICÍPIO, na forma como disposto no ordenamento jurídico pátrio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

É responsabilidade do MUNICÍPIO:

- a) Observando o disposto na Cláusula Segunda, repassar os recursos, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento;
- b) Avaliar, acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades concernentes à execução deste convênio;
- c) Observar as regras do presente ajuste.

É responsabilidade da ASSOCIAÇÃO:

- a) Contratar o pessoal para execução do objeto deste convênio, fornecer materiais, medicamentos e demais insumos que se fizerem necessários ao atendimento das urgências e emergências, bem como qualquer outra despesa que possa incidir sobre essa atividade;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitado, do acompanhamento e controle da execução do objeto deste instrumento;
- c) Apresentar, no prazo estabelecido no presente instrumento, relatório físico de atendimento e prestação de contas conforme trata este instrumento;
- d) Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, bem como todos os ônus tributários e extraordinários, caso decorrentes da execução;
- e) Manter suas instalações devidamente aseadas, de acordo com as orientações das normas em vigor e com os princípios seguidos pela Vigilância Sanitária;
- f) Responsabilizar-se por qualquer ônus civil ou criminal oriundo de ações de pacientes atendidos em seus serviços;
- g) Observar as regras do presente ajuste.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

O Foro da Comarca de Constantina - RS é o competente para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato.

E, para que surta seus jurídicos efeitos, as partes ratificam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Novo Xingu, de de 2021.

JAIME EDSSON MARTINI
SAÚDE

Prefeito Municipal

ASSOC. HOSP. COMUN. REGIONAL DE

(Representante Legal)

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____